100% AO VIVO E ONLINE

07, 08 E 09 DE DEZEMBRO DE 2026

CURSO AVANÇADO: PARECER JURÍDICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COMO ELABORAR PARECERES SEGUROS, OBJETIVOS E COMPLETOS NA LEI Nº 14.133/2021, COM USO RESPONSÁVEL DA IA

APRESENTAÇÃO

A análise do assessor jurídico nos processos de contratação assegura a integridade e a conformidade legal de cada etapa. Ao revisar documentos e procedimentos, a assessoria verifica a aderência às normas vigentes e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, interpreta cláusulas, esclarece dúvidas e mitiga riscos.

Essa atuação previne litígios, protege a Administração contra irregularidades e fraudes e promove a isonomia entre os licitantes. Na instrução processual das licitações e das contratações diretas, o parecer jurídico cumpre **cinco funções:**

1. **Legalidade e conformidade:** Assegura que o procedimento observe a legislação de regência, reduzindo impugnações e contestações posteriores e favorecendo a celeridade do processo.

2. **Proteção contra irregularidades:** Verifica a aderência do edital aos princípios da Administração Pública e identifica vícios que possam comprometer a lisura do certame.

3. **Exame de documentos e cláusulas:** Examina edital, termo de referência e minuta de contrato, verificando a clareza das cláusulas e evitando ambiguidades que gerem conflitos futuros.

4. **Segurança jurídica:** Oferece à autoridade a segurança de que o procedimento está conforme a legislação, reduzindo o risco de questionamentos judiciais e perante o controle.

5. **Responsabilidade e transparência:** Auxilia a autoridade assessorada a delimitar as responsabilidades dos agentes públicos envolvidos e exige a motivação das decisões tomadas, o que reforça a confiança dos licitantes e da sociedade no sistema de contratações públicas.

OBJETIVOS E ESTRUTURA GERAL

Curso expositivo sobre a atividade consultiva nas contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021, com ênfase na elaboração do parecer, nos limites da função do parecerista e no uso responsável da inteligência artificial.

- **4 Partes Temáticas**
- **9 Módulos**
- **2 Módulos de IA**
- **24h Carga Horária**

100% AO VIVO E ONLINE

07, 08 E 09 DE DEZEMBRO DE 2026

CURSO AVANÇADO: PARECER JURÍDICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COMO ELABORAR PARECERES SEGUROS, OBJETIVOS E COMPLETOS NA LEI Nº 14.133/2021, COM USO RESPONSÁVEL DA IA

OBJETIVO GERAL

Capacitar o participante a elaborar e analisar pareceres jurídicos eficientes, sintéticos e completos nos processos de contratação pública, com domínio dos elementos de análise e dos limites da atuação consultiva.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a natureza, o fundamento normativo e a finalidade institucional da atividade consultiva nas contratações públicas.
- Estruturar pareceres jurídicos claros, fundamentados e proporcionais à complexidade de cada processo.
- Distinguir parecer individual, parametrizado e referencial e aplicar cada espécie com segurança.
- Conhecer o regime de responsabilidade do parecerista e as técnicas de fundamentação que o protegem.
- Delimitar a fronteira entre análise jurídica, análise técnica e mérito administrativo.
- Identificar os pontos críticos da análise jurídica na fase preparatória e na execução contratual.
- Empregar inteligência artificial na elaboração de pareceres com método, verificação de fontes, proteção de dados e supervisão humana.

POR QUE ESTA CAPACITAÇÃO

- **Foco no parecer:** O programa concentra-se na atividade consultiva e na técnica do parecer, com a contratação como contexto de aplicação.
- **Docente que dirige a uniformização jurídica:** Mais de dezesseis anos na consultoria jurídica de contratações e experiência direta com pareceres parametrizados e referenciais.
- **Proteção de quem assina:** Responsabilidade do parecerista, erro grosseiro e técnicas de fundamentação tratados com base na jurisprudência do STF e do TCU.
- **Inteligência artificial com responsabilidade:** Dois módulos dedicados à IA generativa: governança e riscos, e aplicação no fluxo de elaboração do parecer, com demonstração guiada.

METODOLOGIA

Aulas expositivas: Exposição dialogada com apoio de recursos audiovisuais, centrada nos pontos em que a análise jurídica costuma falhar.

Casos ilustrativos: Exposição de situações reais e precedentes do STF e do TCU para ilustrar cada ponto de análise.

Demonstrações de IA: Demonstrações conduzidas pelo docente do uso de inteligência artificial na elaboração e revisão de pareceres.

Material de apoio: Material digital disponibilizado aos participantes, com modelos e roteiros de análise para consulta posterior.

100% AO VIVO E ONLINE

07, 08 E 09 DE DEZEMBRO DE 2026

CURSO AVANÇADO: PARECER JURÍDICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COMO ELABORAR PARECERES SEGUROS, OBJETIVOS E COMPLETOS NA LEI Nº 14.133/2021, COM USO RESPONSÁVEL DA IA

PÚBLICO-ALVO

Advogados públicos, procuradores e assessores jurídicos que atuam em licitações e contratos, integrantes de órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, e agentes de contratação e gestores que interagem com a consultoria jurídica na instrução dos processos.

RESULTADOS ESPERADOS

- Pareceres mais objetivos, com estrutura e linguagem padronizadas.
- Uso adequado de pareceres parametrizados e referenciais.
- Redução do risco de responsabilização pessoal do parecerista.
- Clareza na fronteira entre análise jurídica, técnica e de mérito.
- Critérios claros para verificar o conteúdo gerado por IA.
- Uso seguro e produtivo de inteligência artificial na elaboração de pareceres.

PROFESSORES



DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União no Brasil (AGU), com atuação na consultoria e assessoramento de gestores federais nas áreas de contratações públicas e concessões de serviços públicos. Ocupou diversos cargos como o de Subprocurador-Geral na matéria administrativa na Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres, de Secretário de Coordenação de Transportes da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, Subprocurador-Geral Federal da Procuraria-Geral Federal e de Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil, entre outros. Atualmente ocupa o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (PFE-ANPD). É Mestre em Direito Público na Universidade Nova de Lisboa (Nova School of Law), especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro – IDASAN, do Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP, Coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Fórum, 2022) e Professor na área de licitações e contratos administrativos.



MIGUEL CÂMARA

Miguel Câmara é Procurador do Estado de Pernambuco, atuando na Procuradoria da Fazenda Estadual. Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), possui pós-graduação pela ESA-OAB/PB e pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/RJ). Atua há anos em projetos de automação e Inteligência Artificial aplicada ao Direito, sendo referência nacional na capacitação de advogados públicos, procuradores, magistrados e servidores sobre o uso estratégico da IA na atividade jurídica.

Especialista em inovação jurídica, já treinou mais de 1.400 advogados e procuradores em Inteligência Artificial aplicada ao Direito, ministrando cursos, workshops e oficinas para órgãos públicos, Procuradorias-Gerais dos Estados, Advocacia-Geral da União, OAB e instituições do sistema de justiça. É professor, palestrante e criador de programas de formação voltados à transformação digital da advocacia e da administração pública, abordando temas como engenharia de prompts, automação de fluxos jurídicos, IA generativa, produtividade, governança e uso responsável da inteligência artificial.

CURSO AVANÇADO: PARECER JURÍDICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COMO ELABORAR PARECERES SEGUROS, OBJETIVOS E COMPLETOS NA LEI Nº 14.133/2021, COM USO RESPONSÁVEL DA IA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE I – A ATIVIDADE CONSULTIVA E O PARECER JURÍDICO

Módulo 1: A atividade consultiva e a natureza do parecer jurídico

1.1 Finalidade institucional e fundamentos normativos da consultoria jurídica: Constituição, Lei Complementar nº 73/1993 e Lei nº 14.133/2021
1.2 Atividade consultiva e atividade contenciosa; evolução do papel consultivo nas contratações públicas
1.3 A assessoria jurídica na conformidade e na prevenção de riscos
1.4 Natureza jurídica, enquadramento legal e competência para emissão do parecer
1.5 Pareceres obrigatórios e facultativos; consequências da ausência de parecer obrigatório
1.6 Padrão mínimo de análise jurídica segundo o art. 53 da Lei nº 14.133/2021

Base Normativa: Arts. 131 e 132 da Constituição; Lei Complementar nº 73/1993; arts. 8º, § 3º, 53 e 169 da Lei nº 14.133/2021.

Módulo 2: Estrutura, espécies e técnica de redação do parecer

2.1 Forma e formalidades: preâmbulo, ementa, relatório, fundamentação e conclusão
2.2 Elementos obrigatórios e facultativos; clareza, síntese e completude da análise
2.3 Linguagem jurídica simples e boas práticas consultivas
2.4 Parecer individual, parametrizado e referencial: metodologia, aplicabilidade e efeitos práticos
2.5 Notas, despachos, orientações jurídicas e respostas a consultas
2.6 Manifestações em sistemas eletrônicos de contratação

Base Normativa: Arts. 19, IV, e 53, §§ 1º e 5º, da Lei nº 14.133/2021; art. 50 da Lei nº 9.784/1999; Lei nº 15.263/2025.

Módulo 3: Uniformização e padronização da atividade jurídica

3.1 Enunciados, orientações normativas e súmulas administrativas
3.2 Precedentes administrativos e gestão do conhecimento jurídico
3.3 Minutas-padrão, checklists jurídicos e fluxos processuais otimizados
3.4 Controle de qualidade das manifestações e indicadores de desempenho da assessoria

Base Normativa: Art. 19, IV, da Lei nº 14.133/2021; art. 30 da LINDB.

PARTE II – RESPONSABILIDADE E LIMITES DA ATUAÇÃO JURÍDICA

Módulo 4: Responsabilidade do parecerista

4.1 A assessoria jurídica como segunda linha de defesa (art. 169)
4.2 Representação do agente que atua conforme parecer jurídico (art. 10)
4.3 Natureza opinativa ou vinculante da manifestação; escopo de análise e dever de motivação
4.4 Erro grosseiro, dolo e culpa na atuação consultiva (LINDB, art. 28)
4.5 Evolução da jurisprudência do STF e do TCU; MS 24.631, MS 24.584 e MS 35.196
4.6 Prevenção da responsabilização indevida: técnicas de fundamentação e defesas administrativas e judiciais

CURSO AVANÇADO: PARECER JURÍDICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COMO ELABORAR PARECERES SEGUROS, OBJETIVOS E COMPLETOS NA LEI Nº 14.133/2021, COM USO RESPONSÁVEL DA IA

Base Normativa: Arts. 10 e 169 da Lei nº 14.133/2021; art. 28 da LINDB; Decreto nº 9.830/2019.

Módulo 5: Limites da atuação jurídica
5.1 Os vetos ao art. 53: contexto, dispositivos vetados e interpretação sistemática
5.2 Análise jurídica e análise técnica: fronteiras e zonas de interseção
5.3 Limites da atuação em aspectos discricionários e alcance do controle de juridicidade
5.4 Deferência técnica e suas exceções
5.5 Conformidade jurídica e mérito administrativo na análise de formalidades
5.6 Recomendações e determinações: limites e técnica de redação de recomendações efetivas

Base Normativa: Art. 53 da Lei nº 14.133/2021; arts. 20 a 22 da LINDB.

PARTE III – O PARECER EM CONTEXTO: APLICAÇÕES PRÁTICAS
Módulo 6: O parecer na fase preparatória
6.1 O que o parecer deve verificar no planejamento: ETP, termo de referência, matriz de riscos e pesquisa de preços
6.2 Escolha da modalidade, do critério de julgamento e do procedimento auxiliar, com o registro de preços como exemplo
6.3 Minuta do edital: cláusulas obrigatórias e exigências de habilitação
6.4 Contratação direta: requisitos de instrução, justificativa do preço e da escolha do contratado

Base Normativa: Arts. 18 a 27, 72 a 75 e 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Módulo 7: O parecer na execução contratual
7.1 Alterações contratuais e seus limites
7.2 Reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro
7.3 Prorrogação e extinção dos contratos
7.4 Processo sancionador: o que a assessoria jurídica examina

Base Normativa: Arts. 104 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

PARTE IV – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONSULTORIA JURÍDICA
Módulo 8: Fundamentos, riscos e governança da IA na consultoria jurídica
8.1 Como funcionam os modelos de linguagem: capacidades e limitações para o trabalho jurídico
8.2 Alucinações, referências inexistentes e vieses: por que a IA erra e como detectar
8.3 Sigilo, proteção de dados pessoais e escolha entre ferramentas institucionais e abertas
8.4 Autoria, supervisão humana e responsabilidade: o parecer continua sendo do parecerista
8.5 Transparência sobre o uso de IA e diretrizes institucionais de governança
8.6 O que não delegar à IA no trabalho consultivo

Base Normativa: Art. 53 da Lei nº 14.133/2021; Lei nº 13.709/2018 (LGPD); art. 28 da LINDB.

CURSO AVANÇADO: PARECER JURÍDICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COMO ELABORAR PARECERES SEGUROS, OBJETIVOS E COMPLETOS NA LEI Nº 14.133/2021, COM USO RESPONSÁVEL DA IA

Módulo 9: IA aplicada à elaboração de pareceres

9.1 Fluxo de trabalho assistido: da triagem do processo à minuta revisada
9.2 Extração de dados e leitura assistida de ETP, termo de referência, edital e minuta de contrato
9.3 Instruções (prompts), contexto e modelos: como pedir uma análise jurídica útil
9.4 Pesquisa jurídica assistida e verificação de fontes: legislação, jurisprudência e orientações
9.5 IA com pareceres parametrizados e referenciais: preenchimento assistido e checklists automatizados
9.6 Revisão de qualidade: coerência, linguagem simples e conferência final
9.7 Demonstração guiada de elaboração de parecer com auxílio de IA

Base Normativa: Arts. 19, IV, e 53 da Lei nº 14.133/2021; Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

100% AO VIVO E ONLINE

07, 08 E 09 DE DEZEMBRO DE 2026

CURSO AVANÇADO: PARECER JURÍDICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COMO ELABORAR PARECERES SEGUROS, OBJETIVOS E COMPLETOS NA LEI Nº 14.133/2021, COM USO RESPONSÁVEL DA IA

PROGRAMAÇÃO GERAL

07, 08 e 09 de dezembro de 2026

das 8:30 às 17:30 (horário de Brasília)

24 horas de capacitação

Possibilidade de rever as aulas gravadas

ONLINE

R$2.990,00

por pessoa

- Material didático da aula para download
- Certificado Digital
- 100% online e com interação junto aos professores
- Acesso às gravações por 30 dias

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVE CAPACITACAO E EVENTOS LTDA** com o **CNPJ nº 42.004.082/0001-92**

Bradesco
Agência: 2810
C/C: 0042236-3

*** Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.

Cada link/senha de acesso à sala de aula virtual é exclusivo do aluno participante - não poderá ser compartilhado com terceiros. Também fica proibida a captação de som e imagens da aula e seu compartilhamento por quaisquer meios ou mídias.

*** Requisitos para uma boa experiência com o curso:** - Computador: Processador i3 - 3Ghz - Memória: 4GB RAM - Browser: Chrome ou Internet Explorer - Banda larga: 3 Mega - conexão via cabo (preferencialmente) ou wi-fi.

A Inove Soluções em Capacitação não se responsabiliza por falhas e problemas de conexão dos equipamentos utilizados pelo usuário.